



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1011458-55.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais**
 Requerente: **Alexandre Wellington de Souza e outros**
 Requerido: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo"**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de ação declaratória proposta por **ALEXANDRE WELLINGTON DE SOUZA, ADALBERTO JOSÉ FERREIRA, JEFFERSON LOPES JORGE e LUIZ SÉRGIO MUSSOLINI FILHO**, contra a **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, visando ao reconhecimento da natureza jurídica indenizatória da verba denominada Regime Especial de Trabalho Policial - RETP.

Como fundamento de sua pretensão, sustentam que são Policiais Militares da ativa nesta cidade de São Carlos/SP, tendo o seu regime retributório disciplinado pela Lei Complementar Estadual nº 731/1993. Devido às características especiais do RETP, quais sejam, a prestação de serviços em condições precárias de segurança (risco de vida), cumprimento de horário irregular, sujeito a plantões noturnos e a chamadas a qualquer hora e pela proibição do exercício de qualquer atividade particular remunerada, exceto as relativas ao ensino e à difusão cultural, estabeleceu o legislador um ressarcimento, erroneamente designado de gratificação, quando, na verdade, o fato de estarem sujeitos ao RETP, lhes dá o direito ao recebimento de uma indenização (ressarcimento), conforme disposto no artigo 163 da Lei nº 10.261/68, c.c artigo 1º da Lei nº 10.291/98. Alegam que, em 26 de outubro de 1993, com a promulgação da Lei Complementar Estadual nº 731, adveio novo regime retributório a ser aplicado aos Policiais Militares e o que era antes chamado de indenização agora passou a ser chamado de gratificação; que a simples alteração da nomenclatura da verba não se presta a alterar o seu caráter indenizatório, eis que se trata de compensação paga a título de indenização aos Policiais Militares pela sujeição à supressão unilateral, por parte da administração pública, de direitos constituídos na CF/88 e ratificados na Constituição do Estado de São Paulo, conforme inteligência do artigo 138, §2º da CE/89.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A requerida apresentou contestação às fls. 37/53, alegando que, em verdade, o que pretendem os autores é que, após o reconhecimento da natureza indenizatória, sobre referida verba deixe de incidir Imposto de Renda. Defende que, apesar da denominação, gratificação, a vantagem pecuniária diz respeito a um adicional de função, de modo que sua natureza é eminentemente remuneratória. Ressalta que aludida gratificação é complementação de proventos e, portanto, sujeita a incidência de imposto sobre a renda, já que tem natureza salarial. Postula pela improcedência do pedido.

Houve réplica (fls. 72/89).

É o relatório.

Passo a fundamentar e decidir.

Julgo o processo no estado em que se encontra, não havendo necessidade de dilação probatória (art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil).

Trata-se de ação manejada por servidores públicos estaduais, policiais militares, que buscam o reconhecimento do RETP como parcela de caráter indenizatório.

O pedido não merece acolhimento.

Impende destacar que a remuneração compõem-se do vencimento e das vantagens pecuniárias. As vantagens podem ser indenizações, gratificações e adicionais. A primeira é extraordinária, pois objetiva o ressarcimento, e as demais são ordinárias, porque apenas pressupõem certa situação jurídica prescrita em lei.

Enquanto as gratificações decorrem do exercício de funções (gratificações de função de direção, chefia, assessoramento e outras) e eventos (como a natalina, que, no âmbito federal, é prevista na Lei 8.112/90), e os adicionais de situações especiais de serviço (insalubridade, atividade perigosa, trabalho noturno etc) e pelo próprio tempo de serviço (quinquênios, sexta-parte), as indenizações visam, como diz *Celso Antônio Bandeira de Mello*, em sua obra *Curso de direito administrativo*, 27ª ed., p. 314, “(...) ressarcir despesas a que o servidor seja obrigado em razão do serviço (...)”

Neste contexto, afora as indenizações que se fundamentam em ressarcir o servidor por gastos realizados em situação incomum da rotina do serviço (diárias, mudanças etc), não se justifica excepcionar qualquer outra parcela da Remuneração.

O Regime Especial de Trabalho Policial (RETP) foi instituído pela Lei



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Complementar Estadual nº 10.291, de 26 de novembro de 1968, que assim dispõe:

Artigo 1º - Fica instituído, na Secretaria da Segurança Pública, o Regime Especial de Trabalho Policial, destinado aos ocupantes dos cargos, funções, postos e graduações indicados nesta lei. Parágrafo único O Regime Especial de Trabalho Policial de que trata este artigo se caracteriza:

I - pela prestação de serviços em condições precárias de segurança, cumprimento de horário irregular, sujeito a plantões noturnos e a chamadas a qualquer hora; e

II - pela proibição do exercício de qualquer atividade particular remunerada, exceto as relativas ao ensino e à difusão cultural.

(...) Artigo 3º - Aos servidores referidos no artigo 2º desta lei, ficam atribuídas, pelo enquadramento no Regime Especial de Trabalho Policial, gratificações na seguinte conformidade:

I - 33% (trinta e três por cento) sobre os respectivos padrões numéricos de vencimentos aos titulares de postos e cargos discriminados nos itens do artigo 9º, da Lei n. 10.168, de 10 de julho de 1968;

II - 100% (cem por cento) sobre as respectivas referências de vencimentos aos titulares dos demais cargos, funções ou graduações:

§ 1º - A gratificação de que trata o inciso I deste artigo se aplica aos vencimentos para todos os efeitos legais, considerando-se, no seu cálculo, adicionais por tempo de serviço.

§ 2º - A gratificação a que alude o item II deste artigo será cobrada desde logo, para fins de adicionais por tempo de serviço, incorporando vencimentos, para todos os efeitos legais, após 1 (um) ano de efetivo exercício no Regime Especial de Trabalho Policial.

§ 3º - No caso de falecimento antes de decorrido o prazo de que trata o parágrafo anterior, a gratificação será computada para os fins vistos na Lei n. 4.832, de 4 de setembro de 1958 com as alterações posteriores, como para as pensões a cargo das Caixas Benéficas da Guarda Civil e da Segurança Pública. § 4º - Nas aposentadorias que vierem a ocorrer por motivo de moléstia ou acidente em serviço, será sempre acrescido aos proventos o valor da respectiva Gratificação.

Note-se que a verba sob exame corresponde a 100% do padrão de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

vencimentos dos servidores, sendo que seu pagamento, longe de ser compensação por uma perda suportada pelo policial, afigura-se como retribuição pelo exercício de funções próprias da carreira a que tais profissionais pertencem.

Ressalte-se que a própria lei instituidora do RETP indica ser vantagem que deve ser computada na base de cálculo dos adicionais por tempo de serviço (artigo 3º, § 1º, da Lei estadual nº 10.291, de 1968), incorporando-se aos vencimentos, para todos os efeitos legais, após um ano de efetivo exercício sob o regime especial de que trata (§ 2º), e em caso de aposentadoria por moléstia ou acidente do trabalho (§ 4º).

Se tivesse caráter indenizatório, não poderia o RETP incorporar-se aos vencimentos e proventos, ser incluído no cálculo de outras vantagens e tampouco ser destinado a inúmeros policiais militares que se encontram nas situações especificadas na legislação Instituidora.

Ademais, a Lei Complementar Estadual n. 731/93, responsável por regular as vantagens pecuniárias dos Policiais Militares, atribuiu expressamente natureza de gratificação, e não de indenização, a tal verba. Confira-se o art. 3º, inciso I, que dispõe:

Artigo 3º - As vantagens pecuniárias a que se refere o artigo 1º desta lei complementar são as seguintes:

I - gratificação pela sujeição ao Regime Especial de Trabalho Polícia Militar, de que trata o artigo 1º da Lei nº 10.291, de 26 de novembro de 1968, e gratificação pela sujeição ao Regime Especial de Trabalho Policial, de que trata, o artigo 45 da Lei Complementar nº 207, de 5 de janeiro de 1979, calculadas em 100% (cem por cento) do valor do respectivo padrão de vencimento, fixado na formado artigo 2º desta lei complementar;

Neste sentido os julgados:

MANDADO DE SEGURANÇA – FUNCIONÁRIO PÚBLICO ESTADUAL – POLICIAL MILITAR – REGIME ESPECIAL DE TRABALHO POLICIAL (RETP). Pretensão para afastar a incidência de imposto de renda sobre a gratificação RETP – Impossibilidade – Verba de natureza remuneratória, e não indenizatória, nos termos da Lei n.º 10.291/68, instituidora do benefício, e Lei Complementar n.º 731/93, que dispõe



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

sobre os vencimentos e vantagens pecuniárias dos integrantes da Polícia Civil e da Polícia Militar. Possibilidade incidência de imposto de renda, nos termos dos artigos 43 e 44 do Código Tributário Nacional - Entendimento deste E. Tribunal e Precedentes desta C. 8ª Câmara de Direito Público – Sentença de denegação da segurança mantida. Recurso não provido. (TJSP; Apelação 0023959-21.2012.8.26.0053; Relator (a): Leonel Costa; Órgão Julgador: 8ª Câmara de Direito Público; Foro Central - Fazenda Pública/Acidentes - 2ª Vara de Fazenda Pública; Data do Julgamento: 03/05/2017; Data de Registro: 03/05/2017); g.n.

*APELAÇÃO em MANDADO DE SEGURANÇA – Pretensão de afastamento da incidência do Imposto de Renda sobre a gratificação de Regime Especial de Trabalho Policial - RETP – Impossibilidade – Devida incidência do imposto de renda sobre a **gratificação RETP – Verba de caráter remuneratório, não indenizatório** – Precedentes - Sentença mantida – RECURSO IMPROVIDO. (TJSP; Apelação 1022106-18.2016.8.26.0053; Relator(a): Rodrigues de Aguiar; Órgão Julgador: 12ª Câmara Extraordinária de Direito Público; Foro Central – Fazenda Pública /Acidentes - 3ª Vara de Fazenda Pública; Data do Julgamento: 18/07/2017; Data de Registro: 18/07/2017). G.n.*

“MANDADO DE SEGURANÇA. POLICIAIS MILITARES. Regime Especial de Trabalho Policial RETP. Lei 731/93. Exclusão da incidência do Imposto de Renda. Impossibilidade. Natureza Remuneratória da vantagem. Artigo 43 do CTN. Jurisprudência do TJSP. Segurança denegada. Sentença Mantida. Recurso não provido” (Apelação 0042996-05.2010.8.26.0053, 10ª. Câmara de Direito Público, Rel. Des. Paulo Galizia, j. 6.2.2012).

“TRIBUTÁRIO IMPOSTO DE RENDA - INCIDÊNCIA SOBRE O REGIME ESPECIAL DE TRABALHO POLICIAL (RETP) - VERBA COM NATUREZA REMUNERATÓRIA, QUE CONFIGURA ACRÉSCIMO PATRIMONIAL, FATO GERADOR DO TRIBUTO ORDEM DENEGADA SENTENÇA CONFIRMADA. RECURSO DESPROVIDO” (Apelação 0044902-30.2010.8.26.0053, 3ª. Câmara de Direito Público, Rel. Des. Amorim Cantuária, j. 13.12.2011).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

“Servidor Público Estadual - RETP - Natureza remuneratória e não indenizatória. Correta a incidência de imposto de renda sobre tal parcela dos vencimentos. Recurso desprovido.” (Apelação 0019188-68.2010.8.26.0053, 13ª. Câmara de Direito Público, Rel. Des. Luciana Bresciani, j. 28.09.2011).

“TRIBUTÁRIO. Imposto de renda. Incidência sobre o Regime Especial de Trabalho Policial (RETP). Verba com natureza remuneratória, que configura acréscimo patrimonial, fato gerador do tributo. Ordem denegada. Sentença confirmada. Recurso não provido.” (Apelação 0038683-98.2010.8.26.0053, 7ª. Câmara de Direito Público, Rel. Des. Coimbra Schmidt, j. 22.08.2011).

Nestes termos, a improcedência do pedido é medida de rigor.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil.

Sem verbas sucumbenciais (art. 27 da Lei nº 12.153/09 c/c art. 55 da Lei nº 9.099/95).

P. I.

São Carlos, 20 de fevereiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**